

Boletim Informativo de Governo Aberto



GOVERNO ABERTO EM 2025 TEMOS MUITO A FESTEJAR

Esta terceira edição do Boletim de Governo Aberto chega mais festiva.

O Brasil acabou de comemorar uma das suas maiores festas populares – o carnaval – e ainda há informações que nos trazem alegrias, frutos do trabalho dedicado das organizações da sociedade e de órgãos públicos que desenvolvem iniciativas de governo aberto.

No último Boletim, falamos do evento América Aberta, que teve resultados de conteúdo e público muito significativos. Foram cerca de 1.200 participantes assistindo palestras, interagindo em workshops, realizando reuniões e visitando a exposição sobre a execução do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Os compromissos do Plano viraram notícia nos corredores do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), onde ocorreu o evento em dezembro de 2024.

Outra boa informação é que foi publicado o relatório do Mecanismo Independente de Avaliação (IRM), um órgão independente da Parceria para Governo Aberto (OGP) encarregado de produzir análises sobre os planos. Algumas das constatações sobre a implementação do 6º Plano e sugestões de aprimoramento são pontuadas aqui.

Ainda no ritmo da implementação dos compromissos, o Boletim traz um artigo que lança luz na questão dos desafios para o enfrentamento à corrupção. Este é o tema central do compromisso 2 – Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção –, e o texto é uma elaboração do Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM), representando a sociedade civil.

Por fim, têm-se notícias fresquinhos sobre o Programa Time Brasil – sistema novo, metodologia revista, e adesões à vista.

Embarque nessa leitura mais uma vez!

PROGRAMA TIME BRASIL

NOVAS ADESÕES SERÃO ACEITAS A PARTIR DE MARÇO DE 2025

Por Controladoria-Geral da União

Time Brasil é um programa desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) para apoiar estados e municípios na adoção de práticas de Governo Aberto, com base nos pilares de Transparência, Integridade e Participação Social.

O programa disponibiliza suporte técnico e ferramentas estratégicas, como o Autodiagnóstico, que auxilia os entes na identificação de suas principais lacunas; e a Matriz Time Brasil, que orienta a implementação de melhorias para fortalecer a gestão pública.

Essa parceria permite que os entes acessem capacitações, assessoria técnica e outros instrumentos que ajudam a promover avanços significativos na transparência, no fortalecimento da integridade pública e no engajamento da sociedade.

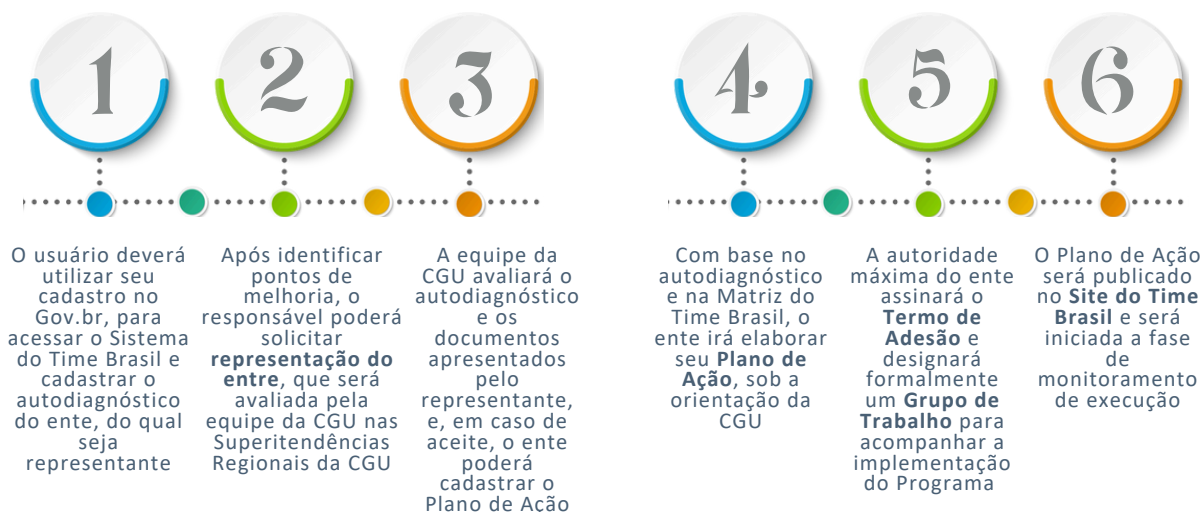
A partir de março de 2025, municípios e estados que tenham interesse podem aderir ao programa e fazer parte desse Time.

Quem pode aderir?

A adesão ao Time Brasil é voluntária e está disponível para estados e municípios de todo o Brasil. Por meio da elaboração de um **Plano de Ação** e da assinatura do **Termo de Adesão**, os entes participantes formalizam seu compromisso de acordo com as diretrizes do programa.

Como aderir?

O processo de adesão ocorre de forma digital pelo Sistema Time Brasil e segue as seguintes etapas:



Como obter mais informações?

Para mais detalhes sobre a adesão e execução do Time Brasil, acesse o [site oficial](#) ou entre em contato com a CGU pelo e-mail timebrasil@cgu.gov.br.

AVALIAÇÃO DO MECANISMO INDEPENDENTE DA OGP SOBRE O 6º PLANO DE AÇÃO

ENTENDA OS PONTOS MAIS RELEVANTES

Por Controladoria-Geral da União

Durante a execução dos Planos de Ação de Governo Aberto, a Parceria para Governo Aberto (OGP) realiza avaliações independentes sobre os processos cocriação e implementação dos planos. Essas avaliações são realizadas pelo Mecanismo Independente de Avaliação (IRM).

O IRM é um órgão independente da OGP, que produz relatórios analíticos – baseados em evidências e em práticas internacionais – que fornecem uma visão geral das oportunidades e desafios de governo aberto para aprimorar a qualidade e os resultados dos compromissos.

No caso do Brasil, esses relatórios são elaborados a partir das informações disponíveis no [site de governo aberto da CGU](#), nos Relatórios de Status de Execução (RSEs) e em entrevistas com as partes interessadas no processo.

Para [6º Plano de Ação Nacional](#), serão elaborados três relatórios. [O primeiro](#), publicado em 2023, trouxe lições e recomendações para auxiliar no processo de cocriação do 6º Plano. Já [o segundo](#), publicado recentemente, traz pontos de destaques que podem fortalecer o processo de implementação do Plano. Abaixo trataremos das questões mais relevantes dessa análise.

Sobre o processo de cocriação do 6º Plano de Ação Nacional, apontou pontos positivos, como a qualidade do diálogo, a diversidade de vozes e o amplo alcance geográfico. Também contou com consultas abrangentes e um forte esforço de sensibilização. Apesar de haver oportunidades de melhoria, o resultado foi satisfatório, garantindo a construção colaborativa do plano com a participação de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, que não só contribuíram para a cocriação, mas também se comprometeram com a implementação das ações de governo aberto nos próximos quatro anos.

A análise dos 8 compromissos se baseou em critérios de verificabilidade, visão de governo aberto e potencial de impacto. Todos foram considerados alinhados aos princípios da OGP e atenderam aos requisitos de cocriação. O Relatório também apontou a importância de incluir temas inéditos e essenciais para o contexto do Brasil, como dados raciais e étnicos em ações afirmativas; inclusão digital para idosos; melhoria dos serviços para a agricultura familiar; e participação social com educação popular nos territórios.

A implementação de ações de governo aberto nesses temas permite melhorar a transparência e garantir acesso a dados por raça e etnia para políticas afirmativas, reduzir barreiras digitais para idosos, ampliar a educação popular em todo o país e fortalecer a participação social por meio da formação de agentes territoriais, bem como melhorar a participação e o acesso envolvendo os agricultores familiares na avaliação, melhoria e digitalização dos seus serviços.

Visão geral dos 8 compromissos:

- 100% alinhados aos princípios de governo aberto.
- 25% com potencial gerar impacto.
- 3 promissores.

Áreas de Intervenção:

Executados com base em planos de ação anteriores:

- Dados abertos
- Anticorrupção (ampliação de transparência e participação em políticas de infraestrutura)
- Ciência Aberta
- Acesso à Informação

Emergiram no Plano atual

- Dados raciais e étnicos de ações afirmativas
- Inclusão digital para pessoas idosas
- Melhores serviços para a agricultura familiar
- Educação popular nos territórios

Adequação aos requisitos mínimos de cocriação exigidos pela OGP: Sim

As temáticas como Dados Abertos e enfrentamento da corrupção (compromisso 2); Ciência Aberta (compromisso 3); e Acesso à Informação (compromisso 4) já foram trabalhadas em planos anteriores. O Relatório reforça que a continuidade ao desenvolvimento de políticas públicas mais transparentes, participativas e inovadoras fortalece a governança democrática. Mesmo compromissos com temáticas semelhantes a planos anteriores podem apresentar inovações importantes como a melhoria dos processos participativos e da transparência em grandes obras (compromisso 1).

O Compromisso 3, por exemplo, continua uma linha bem-sucedida de compromissos de ciência aberta, buscando fornecer políticas e diretrizes nacionais claras para avançar a transparência e a colaboração na pesquisa científica. Sobre o compromisso 1, destacou que apresenta condições efetivas de combater a corrupção e contribuir para o fortalecimento dos princípios do governo aberto em projetos de infraestrutura pública, devido à sua grande importância para as comunidades e para a vida das pessoas.

O relatório apontou as melhorias implementadas no processo de elaboração do 6º Plano de Ação e apresentou aspectos para reflexão e aprimoramento em futuras iniciativas. As recomendações sobre os oito compromissos devem ser avaliadas e consideradas durante o processo de revisão do plano (previsto para 2025), assegurando um melhor alinhamento com os desafios e demandas atuais.

De maneira geral, o documento enfatizou que a implementação de ações de governo aberto no país é uma ferramenta crucial para promover a inclusão social, digital e econômica de grupos historicamente marginalizados. O sucesso dessas iniciativas depende da transparência dos dados, da participação ativa da sociedade e do uso estratégico da tecnologia para ampliar o acesso a direitos e serviços.

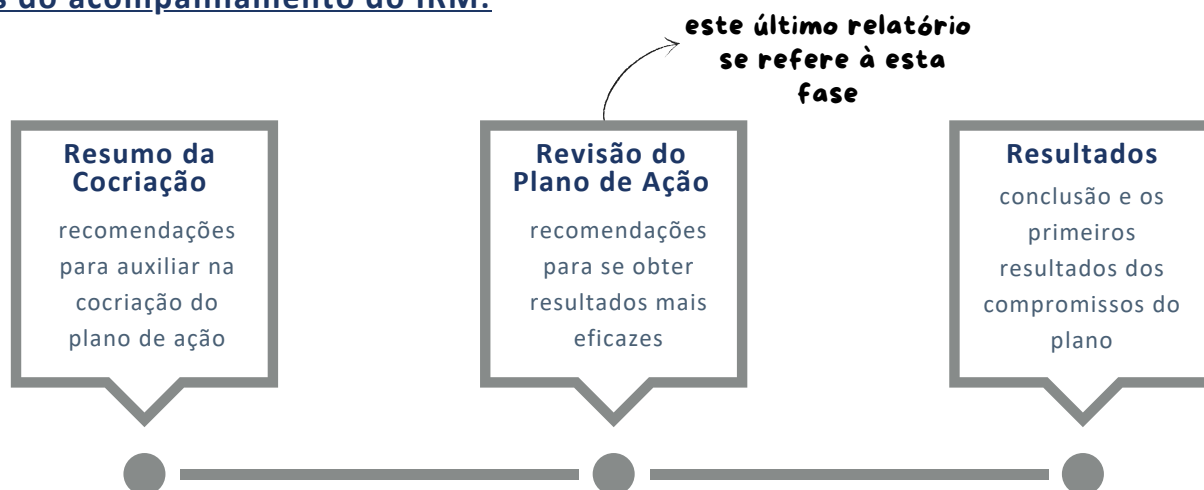
[Documento completo – Revisão IRM – 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto](#)

Compromisso 1 – Instrumentos para aprimorar a transparência e participação social nas políticas de infraestrutura

foi selecionado para integrar o [Desafio de Governo Aberto da OGP](#), uma iniciativa que visa ampliar a ambição nas ações de governo aberto, fortalecendo as comunidades e promovendo uma gestão mais aberta, inclusiva e responsável.

A inclusão desse compromisso na iniciativa representa uma oportunidade valiosa para expandir as práticas de transparência e participação em um setor de grande importância nacional e global. Além disso, possibilita uma transformação duradoura no cenário das políticas públicas de infraestrutura, promovendo a participação mais direta e efetiva da sociedade nas decisões sobre grandes obras.

Fases do acompanhamento do IRM:



PERSPECTIVA DA SOCIEDADE CIVIL

DESAFIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE DADOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

Julio Botelho - Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM), coordenador do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil e integrante do Compromisso 2 “Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção” do 6º Plano de Ação Nacional.

O contexto e os avanços no combate à corrupção

O Brasil tem avançado no combate à corrupção por meio de **reformas regulatórias, maior transparência e inovação tecnológica**. A Controladoria-Geral da União (CGU) tem desempenhado um papel essencial nesse processo, fortalecendo **auditorias, controle social e acesso a dados públicos**. No entanto, desafios ainda dificultam a **identificação e enfrentamento de práticas ilícitas**. O combate efetivo à corrupção exige **ações coordenadas, colaboração interinstitucional e uso estratégico da tecnologia**, com especial atenção à transparência dos dados públicos.



Principais desafios na identificação da corrupção

1. Fragmentação e baixa normalização dos dados

A limitada interoperabilidade entre órgãos de controle e instituições financeiras dificulta a **fiscalização eficiente**. A adoção insuficiente de **padrões abertos de dados** reduz a transparência, limitando o cruzamento de informações e prejudicando a identificação de esquemas ilícitos.

2. Sofisticação dos mecanismos de corrupção

Com a modernização dos sistemas de controle, **esquemas ilícitos se tornaram mais sofisticados**. Empresas de fachada, transações fragmentadas e internacionalização de capitais ilegais dificultam o rastreamento de ativos. **A transparência e o acesso a dados financeiros e de composição societária são fundamentais para desmontar esses esquemas**.

3. Cultura organizacional e medo de represálias

A denúncia de irregularidades ainda enfrenta barreiras como **medo de retaliação, falta de proteção aos denunciantes e percepção de impunidade**. Sem segurança para denunciar, muitos deixam de relatar práticas corruptas, comprometendo a transparência.

Estratégias para o enfrentamento da corrupção

Superar esses desafios exige transparência, inovação tecnológica e incentivo à integridade. Algumas estratégias essenciais incluem:

1. Transparência, normalização e interoperabilidade de dados

Adoção de **padrões abertos e integração de sistemas** para permitir **fiscalização eficaz e maior controle social**. **O acesso público a informações estruturadas fortalece a transparência e reduz oportunidades para fraudes**. A participação social é bastante importante, no limite do que é permitido em lei (especialmente quanto ao acesso a dados protegidos por sigilo e a dados pessoais).

2. Inovação tecnológica e monitoramento contínuo

Ampliação do uso de big data, inteligência artificial e análise preditiva para monitorar transações e detectar padrões suspeitos. A qualidade e acessibilidade dos dados públicos são fundamentais para otimizar essas ferramentas.

3. Cultura de integridade e incentivo à denúncia

Implementação de **proteção eficaz a denunciantes, incentivo a práticas éticas e campanhas educativas** para fortalecer o combate à corrupção.

4. Colaboração interinstitucional e participação social

Parcerias estratégicas e iniciativas de governo aberto para ampliar o monitoramento e garantir transparência no uso de recursos públicos.

Conclusão: um compromisso coletivo contra a corrupção

O combate à corrupção é uma responsabilidade compartilhada entre governo, setor privado e sociedade. O uso de dados abertos fortalece o controle social e aprimora os mecanismos de fiscalização.

A implementação de estratégias preventivas e monitoramento contínuo deve ser prioridade para identificar e reprimir a corrupção de forma eficaz. O compromisso com a ética deve ser permanente, garantindo um ambiente mais justo, íntegro e transparente para futuras gerações.

Entenda como o tema “Dados para o Enfrentamento da Corrupção” está sendo trabalhado no 6º Plano de Ação

No 6º Plano de Ação, o tema é abordado no Compromisso 2: “Dados para Enfrentamento Coletivo da Corrupção”, que tem como objetivo Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.

Entre as ações em andamento do Compromisso 2, destacam-se o mapeamento de conjuntos de dados para responder a questionamentos específicos, elaborados pela sociedade civil, relacionados à corrupção, bem como a avaliação de aspectos de qualidade e completude dos dados para permitir a identificação de casos de ilícitos. Assim, busca-se promover a abertura de dados que sejam pertinentes à temática de combate à corrupção, dentro dos limites legais de sigilo e de privacidade, e da melhoria de dados já abertos.

O enfrentamento à corrupção é uma pauta constante na sociedade brasileira e, consequentemente, nos planos de ação de governo aberto, evidenciando sua relevância como questão prioritária a ser trabalhada.

6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE CIVIL

De 03 a 06 de dezembro de 2024, no contexto do evento América Aberta, foi realizada a segunda edição do Diálogo com a Sociedade Civil. O intuito foi construir um espaço de interações e trocas voltado à disseminação de informações sobre o 6º Plano de Ação Nacional.

A realização da atividade possibilitou a identificação de outras experiências em andamento noutros países dos quais havia representantes no evento. Além disso, foi possível coletar críticas e sugestões à execução das ações a partir de perguntas motivadoras. Veja a seguir algumas sugestões.



COMPROMISSO 1

**Instrumentos para
aprimorar transparência
e participação social nas
políticas públicas de
infraestrutura**

[Saber mais](#)

Quais as informações de infraestrutura você gostaria de acompanhar mais de perto?

- Dados sobre licenças ambientais
- Informações sobre execução do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- Ocorrência (ou não) de reuniões com comunidades impactadas
- Ocorrência (ou não) de reuniões com lobistas e grupos de interesse
- Emendas orçamentárias como foco de risco e medidas adicionais de controle



COMPROMISSO 2

**Dados para o
Enfrentamento Coletivo
da Corrupção**

[Saber mais](#)

Quais tipos de dados públicos você acredita que mais precisam de transparência?

- Emendas parlamentares
- Desonerações tributárias
- Prefeituras transparentes e participativas
- Compras públicas
- Dados de educação, meio ambiente e saúde



COMPROMISSO 3

Práticas Colaborativas para a Ciência e a Tecnologia

[Saber mais](#)

Como você acha que a ciência aberta pode ajudar a vida das pessoas?

- Dados de pesquisa abertos
- Trazendo a sociedade para fazer ciência
- Aprimorando políticas públicas baseadas em ciência
- Intercâmbio de dados para ter melhor ciência
- Linguagem clara no conhecimento científico.



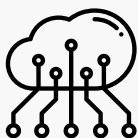
COMPROMISSO 4

Cultura de Acesso à Informação

[Saber mais](#)

Que informação pública você acredita que deve ser mais acessível?

- Dados da escala dos médicos
- Motivação de decisões e atos normativos
- Fluxo/passos a passo para o acesso a serviços públicos
- Capacitação dos governos para a segurança de respostas aos pedidos da [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#)
- Evitar o apagão das canetas aos pedidos de acesso



COMPROMISSO 5

Dados de Ações Afirmativas Étnico- Raciais

[Saber mais](#)

Como dados étnico-raciais podem ajudar na construção de um país mais justo?

- É preciso fomentar justiça social reparativa a partir dos saberes periféricos
- Reconhecimento da diversidade cultural
- Um compromisso/desafio global para todos os países envolvidos na OGP, durante a semana do governo aberto.
- As entidades de fomento à pesquisa devem construir suas políticas de avaliação de projetos valorizando dados abertos das pesquisas como requisito para a liberação de bolsas



COMPROMISSO 6

Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas

[Saber mais](#)

O que pode ajudar as pessoas idosas a se sentirem mais confiantes no uso de tecnologias?

- Treinamento digital em linguagem acessível
- Design acessível e intuitivo
- Divulgar mais o Programa de Educação Previdenciária – PEP do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nas comunidades e nas mídias
- Articulação com o INSS para novas soluções
- Melhorar as interfaces com uso de linguagem a que elas estejam habituadas



COMPROMISSO 7

Melhores Serviços para Agricultura Familiar

[Saber mais](#)

Quais os serviços ou informações você acha que deveriam estar disponíveis para agricultores familiares?

- Cooperativas de apoio
- Internet
- Crédito
- Assistência técnica pública e privada
- Terra



COMPROMISSO 8

Participação Social e Educação Popular nos Territórios

[Saber mais](#)

O que te inspira a participar mais ativamente das decisões da sua comunidade?

- Inovação e transformação
- Mais participação digital
- Intercâmbios de saberes
- Liderança das mulheres
- Cocriar soluções para problemas, políticas públicas